



Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Gestão Escolar

O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Patrícia Ramos de Freitas

Professora-orientadora Dra Edileuza Fernandes da Silva

Professora monitora-orientadora Mestre Rivane Neumann Simão

Brasília-DF, Julho/2014

Patrícia Ramos de Freitas

**O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DOS ALUNOS
COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora-orientadora Dra Edileuza Fernandes UnB/SEEDF e da Professora tutora-orientadora Mestre Rivane Neumann Simão CORDH/SEEDF.

Brasília-DF, Julho/2014

Patrícia Ramos de Freitas

O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:



Dra Edileuza Fernandes -
UnB/SEEDF

(Professora-orientadora)

Mestre Rivane Neumann Simão –
COEDH/SEEDF

(Professora-tutora)



Professor Mestre Mauro Gleisson Evangelista de Castro– COEDH/SEEDF
(Examinador externo)

Brasília, DF Julho/2014

DEDICATÓRIA

Ao Senhor Deus que me deu força para enfrentar as dificuldades em todos os momentos da minha vida, aos meus lindos filhos Sammuel Augusto e Arthur Santhiago que me dão força para continuar seguindo em frente sem perder a ternura e o desejo de aprender cada dia mais...

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por fortalecer a minha alma e pela sabedoria que tens dados na minha longa caminhada, mesmo com as dificuldades, eu sinto a força de Deus me erguendo a cada batalha.

Agradeço a minha professora tutora Rivane, que mesmo à distância esteve presente nas orientações realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, e aos colegas que durante este processo de aprendizagem esteve presente nos fóruns de discussão interagindo e promovendo uma aprendizagem-colaborativa.

À Universidade de Brasília pela oportunidade de participar desta especialização.

Aos meus filhos Sammuel Augusto R Pereira e ao Arthur Santhiago que são ótimos filhos, graças a eles que eu não desisto mediante as dificuldades, pois quero ser sempre uma boa mãe e dar bons exemplos, principalmente na vida acadêmica.

SUMÁRIO

Introdução	8
Justificativa	10
Capítulo I – REFERENCIAL TEÓRICO	12
1. Breve Histórico da Inclusão das pessoas com deficiência na escola.....	12
2. Construção de uma escola inclusiva.....	14
3. Inclusão: Uma Realidade?	17
4. Inclusão: Possibilidade de articulação com diferentes setores.....	20
5. O papel do gestor frente a inclusão.....	22
Capítulo II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
6. A escola como objeto da pesquisa	25
Capítulo III – ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERENCIAS	39
APÊNDICE	43

"Inclusão é o privilégio de conviver
com as diferenças" (Mantoan, 2002)

RESUMO

A LDB 9394/96 define princípios democráticos que tratam da educação inclusiva, e fala da necessidade de oferecer oportunidades iguais para todos e a percepção de que a escola deve atender as diferentes potencialidades. Esta necessidade de atender aos alunos sem distinção e preconceito traz novos rumos para construção da escola democrática. Este estudo teve como objetivo analisar a visão da gestão escolar de uma escola especial acerca da inclusão dos estudantes com Necessidade Educativa Especial (NEE). É apresentada a legislação que assegura a inclusão e assim os mecanismos que organizam essa prática, assim como a realidade da escola regular e especial. A pesquisa se estruturou na aplicação de questionários fechados, análise do Projeto Político Pedagógico e momentos de rotinas e convivência com o ambiente escolar. No PPP não está descrito nenhuma proposta ou intervenção do gestor para avaliar as possibilidades de inclusão. O que corrobora com a opinião de muitos entrevistados, os quais concordam que a escola comum não está preparada para atender aos alunos NEE, e que ainda possuem uma visão de que o melhor lugar para o aluno NEE é na escola especial. Conclui-se que ainda falta muito para que as escolas atendam com qualidade as necessidades dos estudantes NEE, mas precisam-se construir caminhos para que a inclusão seja uma realidade e não apenas uma imposição da lei. É necessário repensar a inclusão para que a comunidade escolar não a veja como algo imposto e traumático.

Palavras chave: Gestão Escolar, Inclusão, Diversidade.

INTRODUÇÃO

O papel do gestor escolar frente à inclusão de estudantes NEE nas escolas de ensino ou turmas regulares, a visão e perspectiva de toda comunidade escolar em relação a essa inclusão, são assuntos importantes uma vez que a educação especial está garantida como dever do Estado e sua realização deve ser assegurada preferencialmente na rede regular de ensino, e por meio de atendimento educacional especializado, previsto no art., nº 4, inc.III, na Lei nº 9.394/96, quando não houver possibilidade ao atendimento em classe comum, escolas ou serviços especializados para atendimento dos estudantes com Necessidade Educativa Especial (NEE).

A escola é um espaço para todos e ao longo dos anos tem se tornado um espaço democrático. A busca por uma escola para todos tem modificado cada vez mais as relações sociais, porém a realidade é que convivemos com práticas discriminatórias e de exclusão. A luta por uma unidade escolar mais democrática foi reafirmada na maior legislação do país, a Constituição Federal de 1988.

A LDB 9394/96 define princípios democráticos que tratam da educação inclusiva, e fala da necessidade de oferecer oportunidades iguais para todos e a percepção de que a escola deve atender as diferentes potencialidades. Tal sensibilização fomenta ao longo dos anos novos rumos para construção da escola democrática. Para Lück (2004) a gestão pedagógica tem o princípio básico para criar uma gestão participativa, que venha a desenvolver no espaço escolar mudanças significativas para possibilitar aos alunos com NEE uma educação igualitária, priorizando a efetivação da educação inclusiva nas escolas regulares, e não apenas nos centros especializados.

Ao conhecer o papel do gestor escolar e as ações que estão sendo desenvolvidas, pode-se organizar uma avaliação de como acontece a inclusão na escola, e também analisar como pode ser vista a escola como espaço de valorização das potencialidades dos alunos. “A implementação e acompanhamento de projeto educacional é um dos caminhos à construção de

uma escola inclusiva, aberta a participação e aprendizagem de todos os alunos”. (DUTRA E GRIBOKS 2005, p.3).

A escola deve buscar caminhos possíveis para criar ações que permitam a oferta de um ensino de qualidade que incluam todos no processo educativo, independentemente de suas limitações, e valorize a suas potencialidades frente aos desafios da aprendizagem.

(...) uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar dentro dos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, onde promove a interatividade entre os alunos, entre as disciplinas curriculares, entre a escola e seu entorno, entre as famílias e o projeto escolar. Definimos um ensino de qualidade a partir de critérios de trabalho pedagógico que implicam em formação de redes de saberes e de relações que se enredam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento. Mantoam (2002, p 62).

Diante disto, o gestor tem o compromisso de estimular práticas inclusivas, criar mecanismos para que a escola se torne mais humanitária e justa. Neste sentido faz-se necessário questionar se o Projeto Político Pedagógico dispõe de ações que promovam a inclusão na escola?

No intuito de buscar respostas a essas inquietações quanto às necessidades reais de construir um espaço mais democrático e justo, e que contemple a diversidade na escola, é necessário que a gestão pedagógica incentive um processo de planejamento. É necessário que o gestor que irá trabalhar com a educação básica na perspectiva da educação inclusiva tenha uma formação com o intuito de nortear todos os envolvidos a proporcionarem aos alunos um atendimento diferenciado, que atenda suas necessidades enquanto sujeitos de uma sociedade ativa. É importante também que ele conheça os procedimentos pedagógicos atuais para avaliar as mudanças necessárias de métodos e dos recursos específicos.

Por fim, um gestor deve ter uma prática educativa pautada na ética, autonomia, competência, autoridade, que pode ser confundida com autoritarismo, liberdade, reflexão crítica da prática pedagógica e que pesquise e busque novas práticas.

JUSTIFICATIVA

A escola tem o papel fundamental de promover a inclusão no espaço escolar, inclusive com crianças com necessidades educativas especiais, que estão inseridas nas escolas regulares de ensino em cumprimento ao Artigo 58 da LDB 9394/96, onde ressalta que “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades educativas especiais”. Partindo deste princípio, cabe a escola oferecer condições necessárias para que o aluno tenha o atendimento adequado às suas necessidades de aprendizagem.

Sabemos que o gestor tem papel fundamental na promoção da inclusão escolar, inclusive em prover uma escola que atenda a todos os estudantes, sem nenhum tipo de discriminação e preconceito. A escola deve ser vista como espaço para todos. Um espaço democrático, que abraça a diversidade, onde haja a busca de práticas inclusivas que atenda às necessidades de uma política pautada nos direitos humanos, por um ensino de qualidade.

Nesta nova perspectiva a escola deve ser um espaço para acolhimento e a valorização dos alunos na escola. Gil (2005) sugere que as práticas inclusivas tenham como participante: o professor, a família, a coordenação pedagógica e principalmente os órgãos governamentais. Para transformar as escolas regulares num espaço para todos, sem discriminação. O objetivo da educação inclusiva é proporcionar a participação efetiva de todos os alunos em todas as atividades da escola. O aluno tem que ser visto pela escola e pela comunidade como um ser ativo e participante, como sujeito do processo de aprendizagem.

Gil (2009) acrescenta que o gestor desenvolva estratégias institucionais que respondam às necessidades e situações da aprendizagem. Além de diagnosticar o gestor, deve apresentar alternativas possíveis para uma prática inclusiva do professor e o sucesso à aprendizagem.

Diante da importância do gestor escolar nas práticas inclusivas, é importante que ele incentive projetos e momentos coletivos que envolvam toda a escola, isso deve acontecer a partir de um planejamento e organização coletiva. A importância criar ações que valorize as potencialidades dos alunos, e as suas diferenças no processo educativo, rompe com estigma de que o aluno especial não tem condições de aprender como os outros alunos.

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Como acontece a inclusão dos alunos NEE que são inseridos no Ensino Regular e as ações do gestor para realizar a inclusão destes estudantes? Para Lück (2009) a gestão pedagógica está diretamente envolvida com o foco da escola, e constitui uma dimensão que promove a formação e aprendizagem dos alunos, e pode contribuir com as competências sociais e pessoais necessárias para inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho.

Então considerando a dimensão da gestão escolar frente à inclusão, deve existir o interesse do gestor em criar espaços para que todos desenvolvam as competências necessárias para ter uma qualidade de vida, e participar da sociedade como ser atuante e que venha a intervir na sociedade com cidadãos dotados de direitos políticos, sociais e econômicos.

A escola deve criar mecanismos que venham contribuir para que aluno com NEE não seja deixado de lado, excluído do processo educativo, inviabilizado por suas limitações e dificuldades sejam elas motoras, físicas, intelectuais e /os sociais. O gestor escolar colabora para romper com as barreiras que impedem à aprendizagem, e partir daí, reconhecer no aluno a possibilidade de desenvolvimento cognitivo, motor e psicológico.

O gestor deve buscar as necessidades dos alunos, dos professores e da equipe de apoio-aprendizagem para que a escola construa espaços para os NEE, que com valorize a identidade e autonomia no contexto escolar e social. Para Azevedo e Cunha (2008) os gestores podem conhecer por meio de relatos e pesquisas os aspectos reais, as necessidades dos alunos e como

ocorre o processo da inclusão na escola, para que seja possível identificar as possíveis barreiras que interferem no processo da inclusão.

OBJETIVO GERAL:

Analisar a perspectiva da inclusão de estudantes NEE no ensino regular sob a visão de gestores e da comunidade escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender como acontece a inclusão dos NEE no ensino regular e quais as ações são realizadas pela gestão escolar;
- Analisar como a inclusão é contemplada no PPP da escola de ensino especial;
- Pesquisar a comunidade escolar de uma escola especial e analisar a sua visão da inclusão na rede regular de ensino.

Capítulo I - REFERENCIAL TEÓRICO

1. BREVE HISTÓRIA DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA.

A partir dos anos 30 muitas transformações aconteceram no sistema de ensino brasileiro, o atendimento às crianças com necessidades educativas especiais tem sido foco dos debates nacionais para a inclusão na rede regular de ensino. As primeiras classes e escolas especializadas surgiram por volta da década de 50 com características assistencialistas, as intuições filantrópicas de atendimento aos alunos com deficiência (BRASIL, 2006).

Nos anos 50 e 60 surgem discussões sobre o Conceito de Normalização, partindo do princípio que as pessoas “retardadas”, se assemelhem as condições das pessoas vistas como “normais”. Neste contexto a educação especial ganhou um cunho educacional, mesmo que ainda de forma assistencialista.

Em 1959, o direito a educação gratuita e pública foi aprovada a Declaração da Criança. Pode-se considerar que houve uma segregação no atendimento das pessoas com deficiência dentro das grandes instituições. Na década de 70, surge a ideia de educação (reabilitação) mesmo com aceitação de alunos em classes comuns, o aluno ainda era marginalizado pela falta de condições para o atendimento.

A partir de 1988, com a Constituição Federal e as Lei de Diretrizes e Base da Educação LDB – 9397/96, aconteceram mudanças no acesso dos especiais e na inclusão desses estudantes em classes comuns. “Assegurarão aos educandos com especiais, currículo, método, técnica, recursos educativos e organização específica para atender às necessidades” (BRASIL, 1996, p. 44)

A legislação brasileira garante o acesso dos alunos especiais em classes comuns, e o princípio de igualdade de condições e permanência na escola. A inclusão torna-se foco de debates internacionais com a Declaração de Salamanca, assim a partir de 1994 o Brasil reforça ainda mais os princípios de inclusão. Na declaração afirma-se que sempre que possível, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, é possível o acesso na escola comum. (BRASIL, 1994, p.5)

A Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Decreto nº 6.949/2009, em seu artigo 24 abordam os Direitos das Pessoas com Deficiência, onde define como meta a educação inclusiva, alunos com e sem deficiência, ou limitações e peculiaridades que estudem na mesma sala de aula, objetivando qualidade de ensino e formação ética a todas as crianças.

Em 2003 o Ministério da Educação lança o Programa de Educação Inclusiva: direitos a diversidades, para apoiar a transformação das escolas em centros educacionais inclusivos, promovendo nos municípios e estados brasileiros um amplo processo de formação de gestores e educadores para a

garantia da acessibilidade. Outro programa que tem alavancado a educação inclusiva é o Programa Escola Acessível em que a escola recebe através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) uma quantia que tem como objetivo apoiar a adequação de prédios escolares com a ampliação de salas de recursos multifuncionais e a acessibilidade arquitetônica dos prédios.

A implantação da educação inclusiva sempre foi desafiadora, nesse sentido, o Distrito Federal criou uma lei distrital (Nº 3.218 de 05 de novembro de 2003) em que estabelece o modelo de educação inclusiva nas escolas públicas:

Entende-se por Educação Inclusiva o atendimento a todas as crianças em escolas do ensino regular, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades; ressalvados os casos nos quais se demonstre que a educação nas classes comuns não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais da criança ou quando necessário para o bem-estar da criança. (Brasil 2003).

Somente com a publicação desta lei é que a educação inclusiva passa a ser efetivada em todas as escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal e estas passaram a ter um tempo para se adequarem as exigências necessárias para atenderem as crianças com NEE, ficando o Poder Executivo responsável pela acessibilidade, recursos humanos, materiais e equipamentos especializados e a formação continuada para os professores que atuarem nessa área.

O Ministério da Educação realiza parceria a nível nacional, com Estados e Municípios para capacitar docentes e gestores, e organizar as condições físicas, administrativas e pedagógicas para atender alunos especiais

2. CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA.

A educação é um direito de todos, e este direito se estende a todas as pessoas, independente das suas condições físicas, psicológicas, afetivas e cognitivas. Ela visa preparar para o exercício da cidadania e qualificação para mundo do trabalho, e tem a princípio ofertar em igualdade de condições o

ensino, com pluralidade de ideias. E como a escola atende uma gama de diversidade, deve atendê-la em suas particularidades, sempre partindo do princípio de que todos têm direito à educação. (BRASIL, 1998). A matrícula deve acontecer na rede regular de ensino.

Por tempo as escolas regulares impediram a entrada de alunos especiais na rede regular de ensino. Desde então muitas leis foram criadas para garantir esse direito como a lei 7853/89, que preconiza que a recusa de matrículas aos alunos especiais no estabelecimento público ou privado com pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

No artigo 208, inciso IV, da Constituição Federal o atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente deve ser ofertado na rede regular de ensino, esse artigo refere-se aos instrumentos que julgam necessários a eliminar as barreiras que as pessoas com deficiências teriam ao procurar matrícula na rede regular de ensino. (BRASIL, 1998).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as adaptações curriculares são divididas em dois níveis, as adaptações significativas e as não significativas. As adaptações significativas exigem um planejamento e observação coletiva, para atender as necessidades diversificadas dos alunos e a organização e funcionamento da escola. (BRASIL, 1998). Na proposta de construção da escola inclusiva faz-se necessário organizar as adaptações curriculares e estas devem estar organizadas no PPP da escola.

Os direitos de estabelecimentos escolares devem ser convidados a procedimentos mais flexíveis de gestão e remanejar os recursos pedagógicos, devem criar as opções educativas, estabelecer relações com os pais e a comunidade. (BRASIL 2001 b, p 18)

Segundo Paro (2001), não existem dúvidas de que podemos pensar na escola como uma instituição que contribui para a transformação social. Na prática muitas escolas são reprodutoras da ideologia dominante. A unidade escolar deve buscar ações que envolvam todos os seus membros para debater e planejar momentos de inclusão e valorização do aluno.

Para que a escola se torne inclusiva Tezani (2010, p. 295) aponta quatro passos: o primeiro passo será criar uma comunidade inclusiva que englobe o planejamento e o desenvolvimento curricular; o segundo passo é a preparação da equipe para trabalhar de maneira cooperativa e que venha a compartilhar os diferentes saberes coletivamente; o terceiro passo envolve os dispositivos de comunicação entre a comunidade e a escola; o quarto passo afirma a importância de organizar o tempo para reflexão da prática desenvolvida.

Para que a inclusão aconteça é necessário o envolvimento de todos os membros para planejar as ações a serem implementadas. “Docentes, diretor e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas” (SANT’ANA, 2005, p.228).

Para Carvalho (2004) para se construir uma escola inclusiva é necessário buscar a valorização profissional dos professores: aperfeiçoamento das escolas e dos professores das classes especiais, adaptações curriculares e trabalho em equipe. É neste contexto as escolas especiais podem contribuir com a inclusão destes alunos que podem frequentar o ensino regular, e continuar criando condições de aprendizagens para aqueles que ainda estão matriculados dentro da instituição, e preparar o aluno para que ele possa frequentar o ensino regular.

Para Tezani (2010), na educação inclusiva não deve existir obrigatoriedade de que todos os alunos devem atingir simultaneamente o mesmo grau de abstração ou de conhecimento, cada aluno se desenvolve de forma diferente e única, por isso, a importância das adaptações curriculares, e a escola é responsável coletivamente para realizar essas adaptações, o professor não pode ficar solitário, sem apoio para realizar essas adaptações, a escola tem que pensar coletivamente as necessidades de cada aluno.

Segundo Aranha (2001) a inclusão é aceitação da diversidade, e a partir daí surgem as oportunidades para todos e assim a pessoa especial adquire condições para viver em sociedade e compartilham dos mesmos direitos. Beyer (2005) aponta que na sala de aula existe a diversidade de alunos, em diferentes níveis e condições físicas e orgânicas de aprendizagem.

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades diversas e seus alunos acomodando ambos os estilos e ritmo de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado dos arranjos organizados, estratégias de ensino e parceria com as comunidades. (BRASIL, 1994, p.61)

De acordo com Sant'Ana (2005) para que aconteça a inclusão é necessário o envolvimento de todos os membros da equipe na organização das ações e programas voltados à temática; inclusão. Os docentes, diretores e funcionários desenvolvem papéis específicos dentro da escola, a equipe gestora deve contar com a coletividade para que sejam criados mecanismos que garantam o acesso e a permanência destes alunos na escola.

Um dos caminhos para que a escola organize o espaço a fim de reconhecer as diversidades e atender com qualidade os alunos é a elaboração do Projeto Político Pedagógico. A comunidade deve engajar na luta em torno de uma proposta que garanta o direito de todos os alunos que compartilhem em um mesmo espaço escolar, sem que haja discriminação, promover a qualidade e valorizar as diferenças. Para romper com o paradigma da exclusão e discriminação é necessário contar com a participação de todos. “O ambiente escolar como um todo deve ser sensibilizado para uma perfeita integração (...) no que a participação da comunidade é fator fundamental” (BRASIL, 2001, p. 64)

A escola é que deve se reconstruir para atender a toda a sua comunidade, da qual fazem parte pessoas com e sem deficiência. Portanto, são necessárias as adaptações nos espaços e nos recursos, na estrutura física, e principalmente uma mudança de atitude e no desenvolvimento das práticas de ensino e aprendizagem e nas relações humanas.

3. A INCLUSÃO: UMA REALIDADE?

A comunidade ao longo da história está na luta para manter garantias reais de inclusão social aos seus estudantes, favorecendo condições de acessibilidade, permanência e promovendo organização pedagógica adequada

às individualidades utilizando o currículo adaptado e funcional. E na luta para garantir um atendimento de qualidade de ensino para todos os estudantes independente da sua deficiência.

As orientações do Ministério da Educação (MEC) sugerem que haja uma superação dos sistemas paralelos de educação especial para uma proposta de sistemas educacionais inclusivos, e faz um investimento para articular a educação regular e a educação especial. Nesta perspectiva há uma efetivação do direito de todos à educação, a valorização da diversidade. Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, busca a garantia do acesso à escolarização na sala de aula comum do ensino regular e a oferta do atendimento educacional especializado complementar, aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (superdotação).

O MEC, conforme Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, preconiza que o atendimento educacional especializado deve ser organizado em salas de recursos multifuncionais ou centros de atendimento educacional especializado com recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a participação e aprendizagem, em que o aluno tenha atendimento no contra-turno do ensino regular, considerando as necessidades específicas dos alunos.

Na perspectiva da educação inclusiva, o foco não é deficiência do aluno e sim os espaços, os ambientes, os recursos que devem ser acessíveis e responder a especificidade de cada aluno, porém nem todas as escolas dispõem de materiais pedagógicos, arquitetônicos e nas comunicações e de profissionais qualificados para atender as necessidades dos alunos NEE.

De acordo com Mittler (2003) para que se tenha inclusão não basta transferir os alunos das escolas especiais para a rede regular, mas é necessário propor uma radical reforma da escola, mudar o sistema de ensino. É fato que o convívio entre crianças especiais e as ditas “normais” traz trocas de experiências, aprendizagens, mudanças de atitudes, sabe-se que a uma escola para todos e por todos, não deve ter separação e segregação, mas é

preciso que se tenham projetos e programas para oferecer com qualidade o atendimento destas crianças.

Uma escola de qualidade possibilita momentos em que as pessoas reconhecem as diferenças e também possam reconhecer quais são as potencialidades dos estudantes com Necessidade Educativa Especial (NEE). Infelizmente em muitas escolas, às práticas de inclusão são esquecidas e a discriminação se torna uma rotina, mesmo com os avanços das leis que garante igualdade de condições a todos. Assim, “cabe aos gestores educacionais buscar essa equipe multiprofissional em outra escola ou sistema educacional ou na comunidade” (BRASIL, 2001).

A comunidade ao longo da história está na luta para manter garantias reais de inclusão social aos seus estudantes, favorecendo condições de acessibilidade, permanência e promovendo organização pedagógica adequada às individualidades utilizando o currículo adaptado e funcional. E na luta para garantir um atendimento de qualidade de ensino para todos os estudantes independente da sua deficiência.

Os aspectos legais, que estão previstos, não estão sendo cumpridos (atendidos), as escolas encontram-se despreparadas, sem estrutura física, curricular e humana. Carvalho (2004) entende que para incluir um aluno há necessidade de se criar mecanismos que garantam o sucesso educacional, social e emocional entre os alunos e entre professores e aluno.

Os materiais disponíveis na escola continuam sendo os mesmo que dispunham tradicionalmente, os prédios foram construídos sem atender as necessidades especiais, os professores foram formados para atender a classes homogêneas. Enquanto as políticas públicas criam leis para garantir o acesso do NEE na escola regular, a escola convive com o problema que está longe de ser resolvido.

4. INCLUSÃO: POSSIBILIDADE DE ARTICULAÇÃO COM DIFERENTES SETORES.

Houve um avanço no número de matrículas entre 1998 a 2006 para cerca de 107,6% (MEC/INEP,2007) dos alunos NEE, a quantidade de alunos no ensino regular não significa que houve inclusão, muitas vezes os alunos NEE estão visibilizados pelos professores, gestores e alunos. As políticas públicas garantem a matrícula dos alunos especiais, e deve garantir que sejam atendidos conforme as suas necessidades.

Santos (2009) afirma que os NEE demandam mais tempo para aprendizagem, recursos, metodologias assistidas, estratégias, práticas e serviços adequados, se não houver uma mudança estrutural, administrativa e pedagógica a inclusão não será possível, na prática a escola convive com o excesso de alunos na sala de aula, professores despreparados, alunos sem diagnóstico, desarticulação com a saúde.

O atendimento em sala de recursos multifuncionais, ou de modo extensivo a outras ações, através do Projeto Político Pedagógico da escola e da qualificação de profissionais que atuam em classes comuns de ensino pode-se favorecer a proposta curricular na dimensão de inclusão (DISTRITO FEDERAL, 2013). E para isso a escola busca garantir que ao aluno NEE, tenham condições de acesso e permanência na escola, muitas vezes não é possível atender as necessidades educativas especiais de cada aluno, falta as condições mínimas para que o aluno circule nas dependências da escola, sem obstáculos e sem ser visto como o 'coitadinho'.

O Plano Nacional de Educação (PNE), afirma que para se ter uma escola inclusiva é necessária a criação de uma equipe multidisciplinar que garanta o acesso e a permanência dos alunos especiais. Sugere a necessidade de parceria com diversas áreas como: educação, saúde e assistência social, ONGs entre outros. "Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias a educação" (BRASIL, 1990, p.5).

O Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva –versão preliminar (BRASIL, 2007), assegura o processo de inclusão dos NEE, através do atendimento educacional especializado, continuamente de estudos e acesso aos níveis mais elevados de ensino, acessibilidade, formação continuada de professores, transversalidade da modalidade de ensino especial desde à Educação Infantil ao Ensino Superior, articulando intersetorialmente na implementação de políticas públicas.

Ao tratar das orientações de ensino afirma a necessidade de trabalho colaborativo e reflexivo entre professores e demais profissionais da educação. Este Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – versão preliminar aponta, também, a possibilidade de celebrar convênios com instituições privadas sem fins lucrativos, a constituição de uma rede de apoio a inclusão, partindo dos diversos setores da sociedade, inclusive os movimentos sociais.

Os setores de saúde, assistência social e educação estão desarticuladas, e a escola tenta sozinha atender as necessidades básicas dos alunos NEE, como por exemplo, o acesso ao vaso sanitário, ao bebedouro, a sala de aula. Mantoam (2005) afirma que a dificuldade de se implementar a inclusão surge de vários segmentos da sociedade.

Para Magalhães (2004), as razões para o fracasso da intersetorialidade seria a falta de articulação entre os sujeitos de setores sociais e a falta de interesse de enfrentar os problemas complexos da inclusão. Mesmo entre as escolas existe uma desarticulação, um distanciamento, se na realidade as escolas não dialogam as suas dificuldades, e principalmente as soluções para os problemas, esperar soluções de setores da sociedade fica ainda mais difícil.

As escolas especiais poderiam trocar experiência com as escolas regulares, e manter uma relação recíproca em prol da busca de alternativas e caminhos para a inclusão dos alunos especiais. Quando na realidade, estão desarticuladas, vivendo os problemas cotidianos sem apoio e suporte, enquanto os setores da saúde e assistência social não apoiam a escola. Segundo Tezani (2004) a gestão escolar deve incentivar a troca de ideias, a

discussão, a observação, as comparações, os ensaios e erros, cada escola apresenta características próprias, tem sua identidade.

5. O PAPEL DO GESTOR FRENTE À INCLUSÃO.

A gestão escolar democrática evidencia caminhos por uma escola que tenha expressão da liberdade e diversidade, “lidar com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura, e com os sentimentos e emoções presentes nas relações dos sujeitos consigo mesmo com o mundo a sua volta” (ARAÚJO 2005, p.7).

De acordo com Machado (2000), o papel do gestor da escola, se faz na busca pela permanente capacitação dos docentes, troca de experiências e ideias, valorização do trabalho coletivo, planejamento, obtenção de resultados positivos com a comunidade escolar, elaboração do PPP, interação da comunidade escolar, administrar os recursos humanos e financeiros, gerenciar e adequar o currículo básico nacional.

Os alunos com NEE têm direito a uma escola acessível e o gestor tem o papel de construir condições para que a escola garanta este direito, quando se pensa em acessibilidade, não é apenas nas condições físicas, pois em todas as condições, inclusive nas condições pedagógicas. Segundo Dutra e Griboski (2005), o gestor para colaborar com a inclusão deve mobilizar a sociedade e acompanhar as transformações dos sistemas educacionais, deve buscar contribuir para qualidade de ensino e aprendizagem, e sempre responder aos anseios daqueles grupos que tem sido excluído do processo educativo.

Para Sage (1999) O diretor deve buscar comportamentos de pensamentos e ações cooperativas a serviço da inclusão. É de fundamental importância a superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-la através de palavras e ações adequadas que reforçam o apoio aos professores. “Uma administração escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores e do pessoal (...) desenvolvimento de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes” (BRASIL, 1997, p,9)

Carneiro (2006, p.38) afirma que o papel dos diretores escolares é criar condições adequadas para a inclusão de todas as crianças, assim, transformando o ambiente escolar em uma gestão participativa e democrática. O gestor deve envolver toda a equipe escolar a fim de atender as necessidades dos alunos.

Capítulo II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa qualitativa, considerando a coleta de dados, contato direto entre pesquisador e pesquisados que estiveram de alguma forma envolvidos neste estudo. Para Chizzotti (2001), a abordagem qualitativa parte do fundamento que há uma relação entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. A coleta de dados foi realizada por meio de aplicação de questionários, de coletas de informações documentais.

Dentre as categorias de pesquisa qualitativa, o estudo de caso segundo Lüdke e André (1986, p. 17), pode ser aplicado quando o pesquisador quer verificar uma situação singular, particular. A pesquisa pode retratar a complexidade da situação em particular, na pesquisa pode ser utilizada uma variedade de fontes como: questionários, documentos, atas, memorandos entre outros.

As situações problemas descritivas, investigação qualitativa de abordagens descritiva reflexiva. A investigação qualitativa faz uma leitura das ideias a serem encaminhadas e esclarecer uma compreensão mais clara e objetiva (BAGDAM e BEKLEN, 1994).

Segundo André (1995), compreende que a dimensão institucional ou organizacional entrelaça a prática escola, a dimensão institucional ou pedagógica, onde traça experiência professor-aluno-conhecimento e ainda vai de encontro com a dimensão com a dimensão sociopolítica cultural que estructurem a prática educativa.

Na pesquisa foi utilizado um questionário (APÊNDICE A) que foram destinados aos pais, professores, auxiliares de educação e gestores, a fim de coletar informações do grupo onde foi analisado o contexto e fenômenos envolvidos no estudo de caso. O questionário continha questões iguais para toda a comunidade escolar. Além do questionário foi realizada também uma investigação da documentação da escola como o Projeto Político Pedagógico e o regimento escolar.

O estudo foi realizado em escola classe pública especializada no atendimento de alunos com necessidades educativas especiais localizada em uma Região Administrativa Distrito Federal. A Pesquisa contou com a participação dos Diretores, equipe pedagógica, professores, funcionários e pais. No entanto, não foi possível realizar pesquisa com os alunos, uma vez que não há até o momento alunos alfabetizados. Assim, totalizaram 20 questionários, o estudo foi descritivo e exploratório tendo como objetivo analisar a inclusão dos alunos com necessidades especiais. As perguntas que compuseram o questionário foram objetivas. Por meio da entrevista buscou-se compreender o papel do gestor frente a inclusão dos alunos NEE na rede regular de ensino.

A base documental da pesquisa foi o PPP da escola, pois até o momento o projeto da escola estava sendo reformulado.

A pesquisa abordou os seguintes temas:

- a. O papel dos gestores frente a inclusão
- b. A inclusão dos NEE;
- c. Atuação do Conselho Escolar na inclusão dos NEE;
- d. Postura da comunidade escolar diante da inclusão;
- e. As parcerias entre as escolas especiais e as escolas regulares;

6. A ESCOLA COMO OBJETO DA PESQUISA

A escola pesquisada foi criada a partir da Resolução nº453 de 18 de fevereiro de 1981 atendendo uma demanda da comunidade local à grande

procura de orientação para alunos com necessidades educacionais especiais. Antiga Escola Classe transformada em Centro de Ensino Especial (CEE), em que as turmas eram menores, por modalidades e tinham como objetivo prepará-los para a integração total em classes comuns.

A pesquisa foi realizada em uma escola especial do Distrito Federal, que atende alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), independente da faixa etária. A escola atende a modalidade especial nas áreas de Estimulação Precoce, Deficiência Intelectual, Deficiências Múltiplas, Transtorno Global do Desenvolvimento, Oficinas Pedagógicas, atendimentos interdisciplinares e complementares. A escola conta com projetos interdisciplinares de musicalização, paisagismo, marcenaria, teatro, horta escolar, o projeto semeando ideias (oferecido aos pais e mães de alunos).

Atualmente o corpo discente é composto por 333 (trezentos e trinta três) alunos com necessidades educacionais especiais, e alguns casos na Educação Precoce (EP) há casos de alunos com Prematuridade, onde os bebês são encaminhados para EP, mas não há um diagnóstico fechado da criança. A equipe de apoio aprendizagem é composta por 01 psicóloga, 01 pedagoga, 01 orientadora educacional.

Nas modalidades de atendimento têm-se no matutino 99 crianças na turma Estimulação Precoce (EP), 29 estudantes na turma de Deficiência Múltipla (DMU), 10 estudantes na turma de Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD), 29 alunos na turma Oficina Pedagógica (OP), 23 alunos na turma do Complementar. No turno vespertino tem-se 106 alunos na turma (EP), 05 alunos na turma de Deficiência Intelectual (DI), 27 alunos na turma (DMU), 09 alunos na turma (TGD), 25 alunos na turma (OP), 25 alunos na turma Complementar.

Atualmente o estudante é encaminhado para o CEE somente após um estudo de caso criterioso realizado pela GEB, em conjunto com a Equipe de Apoio à Aprendizagem (AEE). A equipe é composta por psicóloga e pedagoga, que realiza a análise do diagnóstico do aluno de acordo a adequação do currículo, projetos e atendimentos da escola. A atuação é pautada em ações institucionais preventivas e interventivas, visando o pleno desenvolvimento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e/ou necessidades

educacionais especiais, ressaltando que o Centro de Ensino Especial atende aos alunos que apresentam deficiências e/ou síndromes severas. A equipe avalia, acompanha, faz estudo de caso e formula relatórios a respeito do aluno com o intuito de facilitar o atendimento no caminhar acadêmico.

Os alunos são oriundos de uma cidade satélite de Brasília que são atendidos pelo transporte escolar, este programa dispõe de três ônibus escolares adaptados para o transporte de alunos na cadeira de roda e com mobilidade restrita.

O espaço é organizado para atender a comunidade escolar e as necessidades específicas dos estudantes. Compõe o espaço salas adaptadas, sala de psicomotricidade, brinquedoteca, laboratório de informática, quadra esportiva, piscinas, refeitório, sala de educação física, oficinas de arte, cozinha experimental, marcenaria, horta, jardins. Todos esses ambientes são espaços destinados ao desenvolvimento de atividades pedagógicas que estão inseridas neste projeto político pedagógico da escola.

Os fundamentos pedagógicos estão firmados no Projeto Político Pedagógico que se galga no Projeto de Educação do Distrito Federal - Projeto Político Pedagógico Carlos Mota (2012) que tem por objetivo proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, que se volta para à formação integral do ser humano, assegurando a universalização do acesso e permanência dos estudantes da Rede Pública do Distrito Federal. A escola busca a autonomia pedagógica, financeira e administrativa observando os princípios da legislação vigente.

Na proposta educacional disposta no Projeto Político Pedagógico (PPP) da CEE a escola pública busca construir o saber e lidar com as diferenças, levando em consideração a realidade escolar e social dos estudantes, a proposta conta com a participação parcial da comunidade, pois os alunos não participam da construção e elaboração do PPP, onde se justifica pela limitação cognitiva e da fala (comunicação), os estudantes que são atendidos no centro de ensino especial apresentam muitas limitações na comunicação e locomoção. A proposta visa atender as individualidades e necessidades cognitivas, psicológicas, motoras dos estudantes.

Os alunos que são atendidos Educação Precoce de 0 a 03 anos tem

perspectiva para a inclusão, mais de 90% dos alunos são encaminhados para o ensino regular ao final de cada ano letivo. A garantia de permanência do estudante no centro de ensino é avaliada por vários profissionais da educação (professores e equipe de apoio pedagógico) considerando laudos médicos, relatórios pedagógicos, e adaptação do alunos na escola regular.

Capítulo III - ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

A escolha da instituição pesquisa por se tratar de uma escola especial atende somente alunos especiais numa escola da periferia do Distrito Federal, o atendimento em escola especial contrapõe as políticas nacionais que direcionam-se para que todas as crianças, independente, da deficiência estejam na escola regular. Outro fato relevante para a escolha desta escola foi que a pesquisadora compõe o quadro efetivo de funcionários, este fato aproxima ainda mais do objeto de estudo.

A proposta deste trabalho baseia-se na pesquisa sobre o papel da gestão escolar diante da inclusão dos alunos especiais. Na análise de dados foi observado no PPP da escola, principalmente os itens que se refere a inclusão. Por existir este vínculo, optou-se por questionários objetivos com perguntas fechadas.

As entrevistas forma realizadas dentro do ambiente escolar e os questionários forma entregues a cada participante, e foram esclarecidos os objetivos da pesquisa. Ao perguntar sobre o Projeto Político Pedagógico da escola (PPP), a direção justificou que tinha sido reformulado em 2014, quando questionado sobre a participação de todos os segmentos da escola, afirmou-se que a participação aconteceu de forma parcial, porque a escola tinha prazo para concluir o PPP, e que existia uma mudança na equipe gestora que interferiu no cumprimento dos prazos.

Para Veiga (2002), o PPP é um veículo de engajamento coletivo na integração das ações dispersas, criação de sinergias que busquem soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo,

os protagonistas são mobilizados a partir de um mesmo objetivo para que seja definido o norte que a escola deverá seguir, é indispensável a ação coletiva.

Muitas vezes as escolas funcionam de forma burocrática, constroem uma proposta pedagógica apenas para atender as exigências e prazos determinados pelos órgãos superiores. A escola tem autonomia para elaborar o PPP junto à comunidade.

Os entrevistados responderam aos questionários sem problemas maiores, demonstraram-se receptivos. A diretora aceitou a pesquisa e afirmou que é bom divulgar o trabalho da escola, e demonstrar o trabalho realizado através das pesquisas acadêmicas. Na entrevista realizada o resultado foi transformado em percentuais para facilitar o apanhado geral, o total deste percentual totaliza-se em 20 questionados.

Os questionados responderam sobre a colaboração das escolas especiais quanto ao processo de inclusão dos estudantes especiais, 70% responderam que sim, e 30% responderam que não. O que falta para que todos colaborem com a inclusão daqueles alunos que tenham condições de frequentar a escola comum? Carvalho (2007, p.121) reforça a necessidade de melhorar a atendimento dos alunos especiais, investindo na formação inicial e continuada do professor, na ressignificação da prática pedagógica, na estrutura física da escola. Nas escolas brasileiras ainda é perceptível as barreiras que impedem o acesso dos alunos especiais, com qualidade, na rede comum, isto pode ser demonstrado nesta insegurança entre muitos professores atender os alunos especiais.



Fonte: Patrícia Ramos de Freitas

Quando questionados sobre a participação dos Conselhos escolares na discussão da inclusão dos alunos especiais, 60% afirmaram que existe uma preocupação no Conselho Escolar, e 40% responderam que não. De acordo com o PPP 2014 da escola a avaliação deve seguir assim: Avaliação Institucional - avaliação por meio de preenchimento de fichas/questionários, diagnósticos com autonomia sobre o andamento e progresso existente em todo o contexto escolar; avaliação educacional - voltada para estudos de casos, diagnósticos dos alunos, diálogos, palestras e outras atividades que envolvam desenvolvimento e crescimento dos alunos; avaliação do Regente em Conselho de Classe- com troca de informações entre professores sobre cada caso em sua especificidade. Debates ocorridos durante o momento de coordenação pedagógica setORIZADA e coletiva.

O projeto dispõe de uma parte teórica sobre avaliação do aluno, mas no Plano de ação não consta metas para incentivar a avaliação dos alunos no Conselho Escolar sobre a possível inclusão na escola regular.

Outro ponto questionado foi quanto a permanência e existência das escolas especiais no atendimento dos alunos, 80% responderam que concordam com as escolas especiais, 20% afirmaram que não devem existir

escolas especiais; muitos concordam que alunos muito comprometidos físico em motor, requer atendimento individualizado e supervisionado, principalmente em os casos mais severos, o qual apresenta casos de agressividade.



Fonte: Patrícia Ramos de Freitas

Se é possível existir parceria entre as escolas especiais e a escola regular a fim da inserção dos alunos especiais, 60% afirmaram que sim, e outros 40% afirmaram que não. A escola e a família são os primeiros espaços de socialização das crianças e muitos pais veem um lugar possível de preconceito e discriminação com seu filho; outro fator é que muitos professores estão despreparados para assumir uma turma com aluno especial, isto traz insegurança e desconfiança entre os pais. Para que o pai esteja aberto à inclusão é necessário que o poder público invista em formação inicial e continuada, dê suporte pedagógico e físico para as escolas e proponha momentos de debate entre os pais, crie projetos de intercâmbios entre as escolas para troca de experiência entre outras.



Fonte: Patrícia Ramos de Freitas

Quanto à existência de ações pedagógicas que incentivem a inclusão dos alunos especiais na escola regular, 60% afirmaram que sim, e outros 40% afirmaram que não; mesmo diante dos avanços que a escola teve no atendimento dos alunos especiais como: salas de recursos e o serviço de orientação educacional e atendimento educacional especializado, ainda precisa criar ações e parcerias com outros setores da sociedade para sanar as dificuldades enfrentadas na escola comum.

Quando questionados se é possível à inclusão de todos os alunos especiais, independente do grau de deficiência no ensino regular, 90% afirmaram que não e 10% afirmaram ser possível esta inclusão total. Muitos alunos são encaminhados da escola especial para escola comum, e quando não tem resultados satisfatórios quanto à adaptação do aluno, ele volta para a escola especial ou é matriculado em uma classe especial. Segundo Miller (2000), os professores se consideram incompetentes para atender os alunos com deficiência e os que estão em escolas especializadas se distinguem por trabalhar somente com essas crianças e se especializam neste atendimento.



Fonte: Patrícia Ramos de Freitas

A equipe gestora colabora com a inclusão dos NEE, 100% afirmaram que sim. Os gestores e técnicos escolares devem perceber-se como corresponsável pela inclusão. A luta deve ser por todos os segmentos, assegurar os direitos da pessoa especial, para que haja inclusão deve-se ter uma grande reforma no sistema educacional, partir de flexibilização do currículo, da estrutura física (acessibilidade) e o engajamento de vários setores da sociedade para que haja a inclusão de todas as escolas.

Quando questionados sobre a inclusão implementada nas escolas públicas do Distrito Federal, 10% afirmam que estão de acordo e 90% reprova a inclusão. Sabe-se que este questionário foi aplicado entre pais, professores e funcionários da escola, e mesmo sendo um questionário fechado, a preocupação com o atendimento ofertado na escola regular fica claro; quando um pai de aluno desta escola especial entregou o questionário, perguntou a pesquisadora se ele podia responder no questionário o que ele pensava de fato, e reforçou a sua posição em defender o atendimento da sua filha com diagnóstico de deficiências múltiplas na escola especial.

Atualmente existe uma luta dos pais de alunos especiais em oposição contrária a inclusão, eles justificam que as escolas regulares não estão preparadas para esse atendimento, justificando: a falta de estrutura física, de

formação do professor e o preconceito que seus filhos enfrentarão. Um dos caminhos para reverter esse quadro é a criação de políticas públicas para a inclusão e o cumprimento da legislação vigente. Enquanto na escola especial os alunos tem atendimento de Educação Física, Teatro, Música, Horta, Jardinagem, Dança, Informática e o apoio da Equipe de Apoio Aprendizagem.

A escola regular conta apenas com o professor regente, professor da sala de recurso e a equipe de apoio aprendizagem. Os alunos especiais necessitam de muitos estímulos para sucesso da aprendizagem, a escola precisa dispor de estrutura física e pedagógica, para atender as necessidades especiais de cada aluno.

Muitas vezes a postura de familiares de alunos especiais é vista como obstáculo no processo de inclusão, mas se há resistência é porque não se sentem seguras e amparadas. Não enxergam na escola garantias de que seu filho irá ter uma educação de qualidade, e cabe ao Estado oferecer a garantia de que o aluno NEE será atendido conforme suas necessidades.

Para que haja a inclusão escolar é necessário eliminar as barreiras que cercam as nossas escolas, as barreiras arquitetônicas e buscar inovações nas práticas de ensino adequada as diferenças de cada aluno, contemplar as diversidades, atender as necessidades educacionais de todos alunos, com e sem deficiência. (MONTAÑO, 1999, 2001; FLOREST 1985)

A exclusão pode manifestar das formas mais perversas, o preconceito e a discriminação enraizado em nossas escolas, fazendo com que muitos professores avaliem a inclusão dentro da Rede Pública do Distrito Federal de forma negativa. Em algumas situações alunos que são estudantes da escola especial são inseridos na escola regular, e depois de algum tempo retorna para a escola oriunda, isto demonstra o fracasso à inclusão, deve-se considerar que muitos alunos que foram inseridos na escola regular se adaptaram, e estão se desenvolvendo a cada dia. Na escola pode existir dificuldade de adaptação do aluno especial, mesmo assim, é necessário que se faça mais do que uma tentativa, que seja um processo responsável, e que não cause frustrações na criança e na família.

Se as escolas estão preparadas para atender aos alunos especiais, 80% afirmaram que as escolas não estão preparadas e apenas 20% afirmaram que

sim. As escolas regulares dividem os alunos em normais e especiais, modalidade de ensino especial e regular, por isso a lei afirma e reafirma que:

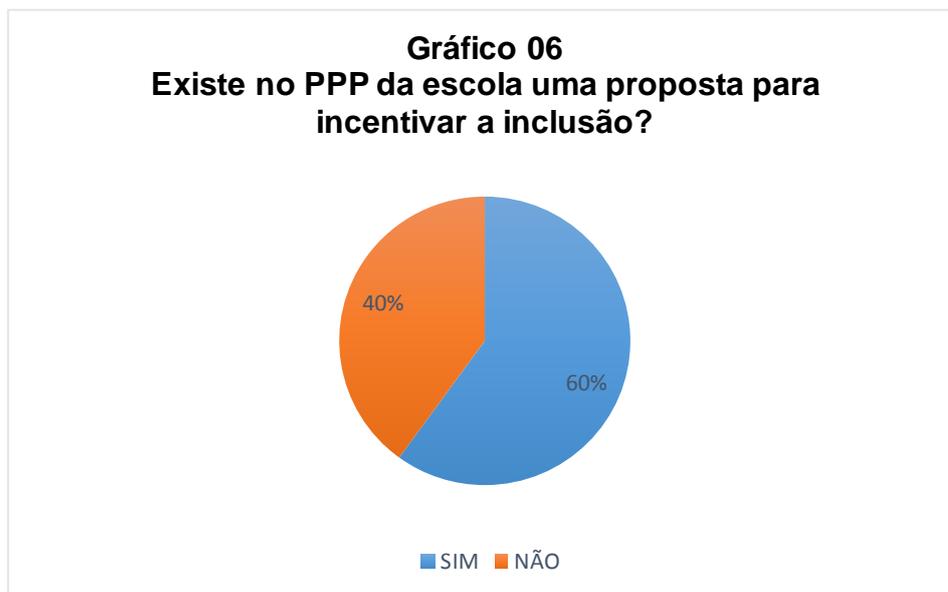
A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998, p.195).

Em muitas escolas à prática da exclusão é muito forte, por isso, a descrença dos professores com o sistema de ensino do Distrito Federal. Muitas vezes temos uma máscara de que as escolas são inclusivas, enquanto na prática temos apenas a integração dos alunos especiais, é preciso analisar com cuidado se a escola inclui ou exclui, se a criança que está na classe comum participa do processo educativo, se é atendido as suas necessidades especiais.



Fonte: Patrícia Ramos de Freitas

Existe na proposta pedagógica da escola ações pedagógicas que incentivem a inserção dos estudantes NEE, 60% afirmaram que sim, e outros 40% afirmaram que não. A escola necessita discutir o PPP da escola coletivamente, e definir ações que para a inclusão dos NEE. Mesmo com a inclusão de 90% dos alunos matriculados na Educação Precoce, ao analisar o PPP da escola não observou-se ações que são desenvolvidas, ou e parceria entre a escola especial e a escola regular.



Fonte: Patrícia Ramos de Freitas

Se os atendimentos complementares oferecidos na escola contribuem para o desenvolvimento dos estudantes especiais oriundos do ensino regular, 60% afirmaram ser importante este atendimento e 40% afirmaram que o atendimento não contribui para o aluno. No PPP da escola consta:

O objetivo da educação especial inclusiva que é ensinar a todos seus estudantes, sem distinção e com qualidade, favorecendo condições de acessibilidade, permanência e promovendo seu processo de ensino-aprendizagem, bem como seu desenvolvimento global. (DISTRITO FEDERAL, 2013, p. 11).

Se a escola define assim, então quais ações pedagógicas foram criadas na escola para a inclusão NEE? Durante a leitura do PPP no plano de ações não se observou referência à inclusão, mesmo o projeto complementar, que atende aos alunos oriundos/provenientes da escola especial e foram inclusos na rede regular. Quando os entrevistados foram questionados se existe parceria entre a escola regular e a escola especial, 40% afirmaram que não, uma forma da escola estreitar parceria com escola regular seria através deste projeto, pois os alunos da escola regular, frequentam no contraturno duas vezes por semana o atendimento complementar com aulas de Informática, Teatro e

Educação Física. Percebe-se que falta uma conexão entre o PPP, prática pedagógica e as parcerias das escolas.

No PPP está previsto que a equipe gestora visa justamente esta legitimidade ao avaliar coletividade, portanto trata-se os aspectos do pedagógico, que por sua vez visa uma aprendizagem significativa e prazerosa por meio de atividades diversificadas.

Os entrevistados responderam em 90% que não estão de acordo com a inclusão total dos alunos NEE, para cumprir com a LDB.

A década de 1990 inicia com o impacto dos efeitos das conquistas estabelecidas da Constituição Federal de 1988, que em seu art. 206 inciso I afirma a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e, em seu art. 208, inciso III ressegura o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (RIBEIRO, 2003,p.46)

Os alunos que são atendidos na escola têm um comprometimento acentuado da deficiência, mesmo assim, é necessário que a proposta pedagógica da escola inclua a possibilidade de inclusão para aqueles alunos que tem condições de frequentar o ensino regular.

No PPP da escola especial consta que os alunos desta escola têm dificuldades próprias de assimilação, no entanto, têm os direitos legais de ter acesso às informações do mundo em que vive e, portanto, ao conteúdo do currículo da educação básica de forma adaptado. Interagir e fazer parte da escola, participar, aprender e desenvolver suas potencialidades é o real significado da inclusão como conceito geral.

Cabe ainda salientar que, adequações curriculares não dizem respeito somente ao tipo de turma (classe comum inclusiva, integração inversa, classe especial, EJA interventivo ou etapas do Centro de Ensino Especial) onde o estudante se encontra inserido, mas a necessidade especial apresentada por ele. Toda e qualquer adequação é relevante, independentemente de sua intensidade. Mesmo diante das dificuldades de cada aluno, a escola necessita promover aprendizagem, e avaliar constantemente as possibilidades de inclusão, mesmo que sejam remotas.

A forma de atendimento aos alunos deve interagir com várias matrizes

curriculares de acordo com LDB nº 9.394/96. O currículo deve ter uma base comum, que pode ser complementada ou suplementada para atender as características dos estudantes.

Em caso de alunos com graves comprometimentos mentais ou múltiplos, em que não seja possível o acesso ao currículo comum, aponta-se a possibilidade de um currículo funcional, que terá um caráter pragmático com alterações significativas. Na Resolução nº 02/2001, tanto o currículo como a avaliação devem ser funcionais e propiciar desenvolvimento de competências sociais, acesso ao conhecimento, à cultura e às formas de trabalho valorizadas pela comunidade e inclusão do aluno na sociedade. (DISTRITO FEDERAL, 2013, p. 20 - 21). Nesta perspectiva, os projetos que estão inseridos no PPP da escola atende o desenvolvimento do currículo funcional e aos alunos com qualidade, priorizando a atender as necessidades individuais.

Quando os pesquisados afirmaram que a gestora da escola colabora 100% com a inclusão, causa um estranhamento, diante das respostas que foram dadas as outras perguntas, como a afirmação de que o Conselho de Classe avalia as possibilidades de inserir o aluno no ensino regular, e na pesquisa do PPP não consta no plano de ação nenhuma ação que refere-se a inclusão dos NEE. A proposta pedagógica deve ser construído coletivamente, mas como foi reformulado com a participação parcial da comunidade escolar, a equipe gestora teve uma participação majoritária na elaboração do PPP, se a gestora dá total apoio a inclusão, então, pode-se pensar que a gestão não conjugua com a proposta pedagógica desta escola especial.

Quando alguns entrevistados foram abordados para responder os questionários perguntaram se a entrevista era para ser entregue na direção da escola, pode não haver há relação com está questão em si, que se refere a gestora, mas pode ter ocorrido algum receio dos entrevistados em responder o questionário com lisura, o fato é que causa um estranhamento em relação ao que está escrito no PPP da escola e a opinião dos entrevistados em relação a postura da gestora quanto à inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A LDB garante a inclusão do estudante especial como um direito e o gestor deve contribuir com a lei e com a normalização referente ao acesso dos NEE, no ensino regular. Gestor de uma escola especializada no atendimento dos estudantes especiais pode criar ações para promover a inclusão, mesmo diante da situação real da escola regular, onde falta estrutura pedagógica, física e administrativa e a falta de qualificação para receber os NEE, o gestor tem o compromisso de analisar as possibilidades cabíveis de inserir os alunos especiais na classe comum. “Construir uma educação emancipadora e inclusiva é instituir continuamente novas relações educativas numa sociedade contraditória e excludente” (BRASIL, 2004, p.18).

Sabe-se que há dificuldades na construção de uma escola inclusiva que ainda precisa ser melhor em muitos aspectos, a escola especial, fonte da pesquisa, apresenta condições para o atendimento dos NEE com qualidade, a infraestrutura, os materiais pedagógicos, professores qualificados e atendimentos em projetos, diferente da escola regular que conta apenas com o professor regente para desenvolver todas as áreas do conhecimento e às vezes com a sala de recurso ou equipe de apoio aprendizagem.

O Projeto Político Pedagógico deve contribuir com a proposta de inclusão, a pesquisa realizada aponta uma preocupação do professor da escola especializada quanto às estruturas oferecida na rede regular, na forma de como este aluno será atendido na classe comum, tanto que 80% dos docentes acreditam que a escola regular não está totalmente preparada para receber estes alunos, o fato é que ainda falta muito para que as escolas atendam com qualidade as necessidades dos estudantes NEE, mas precisam-se construir caminhos para que a inclusão seja uma realidade e não apenas uma imposição da lei.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. D. A. *Etnografia da Prática Escolar*. Campinas: Papyrus, 1995

ARANHA, M.S.F. (2001) **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiências**. In Revista do Ministério do Trabalho, XI, n 21, março (pp. 160-173).

ARAUJO, Ulisses F. **Escola, democracia e a construção de personalidades morais**. Campinas, 2005. Disponível em:<<http://www.uspl.este.usp.br/uliarau/textos/artusp.pdf>>. Acesso em: 14 maio de 2014.

AZEVEDO, M. A. R.; CUNHA, G. R. da. **Gestão Escolar e Educação Inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola**. Revista Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, São Paulo. v. 18, n.31, jul.-dez.-2008. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/viewFile/2204/1929>. Acesso em: 18 de Abril de 2014.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na Escola de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Porto Alegre. Editora Mediação, 2005.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto, Portugal: Ed. Porto, 1994.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Plano Nacional de Educação. Brasília. 09/01/2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre a necessidades educativas especiais**. Brasília. Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de direitos humanos, 1997.

BRASIL. Lei nº 3218, de 5 de novembro de 2003 **Dispõe sobre a universalização da Educação Inclusiva nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras Providências**. Disponível em:

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:distrito.federal:distrital:lei2003-1105;3218>, em 22/04/2014

BRASIL, MEC (1999) **Parâmetros curriculares nacionais**. Adaptações curriculares. Estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade. Brasília: MEC; SEB, 2004. v. 3.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Especial**. Educação Inclusiva. Versa preliminar, 2006. Brasília. SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seep/arquivo/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 04 de Dezembro de 2013.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARNEIRO, Relma U.C. Formação sobre a gestão escolar inclusiva para os diretores de escolas da Educação Infantil. Tese- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da Educação Básica. Educação Especial**. GDF/SEEDF, 2013

_____ **Currículo em Movimento da Educação Básica. Pressupostos Filosóficos**. GDF/SEEDF, 2013

DUTRA, CR, GRIBOSKI, GM. **Gestão para inclusão**. Revista Educação Especial, 2005. Disponível em <http://corolx.Ufsm.br/revece/ceesp/2005/02/a1htm>. Acesso em 29 de Novembro de 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, M. Educação inclusiva: **O que o professor tem a ver com isso?** Marta Gil (coord). São Paulo, 2005. Realizações USP. 167 p. Disponível em: [HTTP://saci.org.br/pub/livro_edu](http://saci.org.br/pub/livro_edu) em 25 de Novembro de 2013.

LÜCK, H. **A dimensão participativa da gestão escolar**. Gestão em Rede (Brasília), Curitiba, v. 57, n. out, p. 1- 6, 2004.

LÜCK, H. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências**. 2. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009. v. 1. 143 p.

LÜDKE, Menga; ANDRÈ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros. **Desafios a serem enfrentados na capacitação de gestores escolares**. Em Aberto, Brasília, 2000.

MAINIERI, Simone, **Documento subsidiário à política de inclusão**/ Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucas Freitas, Gerson Smiech Pinho. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensinando a turma toda**. Revista Pátio – Revista Pedagógica ano V, n. 20, Diversidade na Educação, Fev./abr. 2002.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PARO, Victor Henrique. **Gestão democrático da escola pública**. São Paulo, ÁTIVA. 2001.

RIBEIRO, M^a Lúcia Sprovieri, BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho **Educação Especial do querer ao fazer**. São Paulo. Avercamp, 2003.

SAGE, D. **Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo**. In

SANT'ANA, Izabella M. **Educação inclusiva. Concepções de professores e diretores. Psicologia em estudo.** Maringa. V10 n2, p 227-234. Maio/agosto. 2005.

STAINBACK, Susan Bray; STAINBACK, William C. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

TEZANI, Thais. C.R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo** Universidade Federal de São Carlos, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 15. ed. Campinas: Papirus, 2002.

APÊNDICE A



UnB – Universidade de Brasília.

Curso de Especialização em Gestão Escolar.

Análise dos dados obtidos através da aplicação de questionários

Professora: Edileuza Fernandes da Silva Orientadora: Rivane Neumann
Simão

Cursista: Patrícia Ramos de Freitas

01- O Centro de Ensino Especial (CEE) colabora para o processo de inclusão dos estudantes com Necessidades educativas especiais (NEE)?

() SIM () NÃO () EM PARTES

02- Na realização do Conselho de Classe existe uma avaliação do estudante a fim de definir se é possível a inclusão do mesmo no ensino regular?

() SIM () NÃO

03- Você concorda com a existência do Centro de Ensino Especial?

() SIM () NÃO () EM PARTES

04- É possível existir uma parceria entre os CEE e as escolas regulares a fim da inserção dos estudantes com NEE no ensino regular?

() SIM () NÃO

05- Existem ações pedagógicas que incentivem a inclusão dos estudantes NEE na escola regular?

() SIM () NÃO () EM PARTES

06- Você concorda que é possível a inclusão de todos os estudantes NEE, independente do grau de deficiência?

() SIM () NÃO

07- A equipe gestora pode colaborar com a inclusão dos estudantes NEE?

SIM NÃO

08- Você concorda com a proposta de inclusão implantada nas escolas públicas do Distrito Federal?

SIM NÃO EM PARTES

09-As escolas regulares de ensino estão preparadas para receber os estudantes com NEE?

SIM NÃO EM PARTES

10-Existe na proposta pedagógica da escola ações que incentivem a inserção dos estudantes NEE?

SIM NÃO

11- Os atendimentos complementares oferecidos no CEE contribuem com desenvolvimento dos estudantes que estão no ensino regular?

SIM NÃO EM PARTES